



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

# MEMORIAL DESCRITIVO DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TOLDOS NO MERCADO PÚBLICO DO RIO GRANDE

ADMINISTRAÇÃO:

**Alexandre Lindenmeyer**  
Prefeito Municipal

**João Carlos Brahm Cousin**  
Secretário Municipal  
Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento

**José Leomar Soares**  
Secretário Municipal  
Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário

Rio Grande, RS fevereiro de 2018.

8



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

## 1.0 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Buscando viabilizar o disposto nas alíneas "g" e "h" do inciso I do Artigo 13 do Decreto Municipal 13.335 de 05 de maio de 2015, que regulamenta a estrutura e funcionamento do Mercado Público do Rio Grande, o presente Memorial Descritivo (MD) aponta as especificações técnicas, serviços e materiais indicados a serem executados em todas as aberturas externas dos quartos do Mercado Público de Rio Grande, situado a Rua General Osório, nº 443, no Centro Histórico da Cidade de Rio Grande.

### 1.1 – DO OBJETO

O presente documento tem por objeto expedir as diretrizes para a instalação de 48 (quarenta e oito) toldos articulados nas esquadrias externas dos quartos do Mercado Público de Rio Grande, com especificações técnicas para orientar a mão de obra, e todos os materiais necessários à realização dos elementos definidos e condições presentes neste MD.

Instrumentaliza as definições o disposto no Decreto Municipal citado no item 1.0, a saber:

"Art. 13 As faixas e placas e outros identificadores instalados no Mercado pelos permissionários devem atender às seguintes especificações:

(...)

g. Quando houver interesse pelo uso de toldos na parte exterior do mercado, estes deverão ser colocados entre a bandeira e a porta, serem móveis (articulados) cobrindo somente o vão e fixados nos marcos e não nas molduras das portas.

h. Os toldos deverão ter no máximo 1,20 (um metro e vinte) de largura sobre o passeio público.

### 1.2 – GENERALIDADES

A CONTRATADA ainda como licitante deverá realizar visita técnica ao local dos serviços e inspecionar as condições gerais do local, as alimentações das instalações/redes, passagens, redes existentes, passeios existentes, etc., bem como verificar as cotas e demais dimensões do projeto,

Além da visita técnica, antes de começar o serviço, a CONTRATADA deverá examinar cuidadosamente todos os itens deste MD.

A execução das obras e/ou serviços deverá obedecer às normas da ABNT, Leis referentes ao Patrimônio Histórico, o Decreto Municipal 13.335/15 e este Memorial Descritivo (MD).

A empresa CONTRATADA deverá seguir todos os procedimentos de segurança referentes aos serviços, pois operações, manuseio ou manutenções inadequadas podem resultar em acidentes pessoais severos ou mesmo a morte.

A CONTRATADA é a responsável pela eficácia dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização negligente, imprudente ou descuidada dos trabalhos e/ou alterações indevidas do presente Memorial Descritivo.

Todos os elementos que por ventura venham a ser danificados pela CONTRATADA ao longo dos trabalhos deverão ser recompostos, de forma a manter as características originais.

Em caso de dúvidas quanto à interpretação deste Memorial Descritivo, documentação técnica da obra ou discrepâncias constatadas no presente rol documental fornecido, deverá ser consultada a Unidade de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento para a solução do problema.

Durante toda execução das obras fica a CONTRATADA sujeita a fiscalização da obra por parte da Prefeitura Municipal, em qualquer tempo. Sendo verificada qualquer discrepância da obra com o acordo estabelecido, a CONTRATADA ficará obrigada a demolir e a refazer por seu exclusivo dispêndio, todos os

**Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

trabalhos que a Comissão de Fiscalização impugnar por má qualidade ou que contrarie as condições contratuais.

Serão encargos e ônus da CONTRATADA, entre as demais providências cabíveis, os seguintes:

- A obtenção das licenças (e/ou autorizações) e a aprovação de documentos junto a órgãos ou entidades públicas e/ou privadas.

- Pagamento das custas inerentes a estes processos, inclusive taxas, impostos e demais tributos de qualquer natureza que venha a incidir em qualquer das etapas do processo de preparação para a realização dos trabalhos, durante a execução do objeto contratado.

A CONTRATADA será obrigada a facilitar a fiscalização da(s) obra(s), serviço(s) e dos materiais utilizados, permitindo o acesso da fiscalização em todas as partes e compartimentos.

A CONTRATADA deverá manter a disposição da fiscalização no local do objeto além de toda a documentação técnica da obra, cópias legíveis, para consulta, de todas as normas técnicas citadas neste MD, ou delas decorrentes, bem como as demais que forem necessárias à execução da obra ou serviço.

### 1.3 - MÃO DE OBRA

Todos os serviços deverão ser executados por pessoas qualificadas e competentes para as tarefas, e quando necessário, será especializada, objetivando o acabamento esmerado da obra e/ou serviço, além de obrigatoriamente treinadas em procedimentos de segurança do trabalho e prevenção de acidentes, conforme as diversas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A CONTRATADA é obrigada a retirar da obra ou serviço qualquer tarefeiro, operário ou subordinado seu que a critério da Comissão de Fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva, falta de decoro/pundonor ou incapacidade técnica.

#### 1.3.1 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E COLETIVA (EPC)

Será obrigatório o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) como capacete, botas, luvas, cinto de segurança (quando os trabalhos forem em elevação superior a 2,00m do solo conforme determinado na Norma Reguladora do Ministério do Trabalho e Emprego NR nº 35) e demais equipamentos, necessários à segurança dos operários em atividade na obra, bem como também será obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Coletiva, (EPC) como sistema de sinalização, redes de proteção, kit de primeiro socorros, e demais equipamentos necessário à segurança dos trabalhadores e transeuntes do(s) local (ais) de obra, sendo que os encargos oriundos destas obrigações deverão estar incluso nos valores de mão de obra, na planilha orçamentária apresentada pela CONTRATADA.

Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA:

- 1- A responsabilidade de quaisquer acidentes de trabalho na execução das obras e/ou serviços contratados e ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa.
- 2- A reparação da destruição ou danificação dos serviços executados até a aceitação definitiva (TERD) pela Contratante, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, junto aos lindeiros da área ou ainda os ocorridos em via pública, conforme art. 70º da Lei 8.666 de 1993.

A CONTRATADA deverá tomar todas as medidas para que as tarefas sejam executadas com segurança. Todas as normas referentes à Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e outras, deverão ser rigorosamente cumpridas façam elas referência aos funcionários e contratados ou outras pessoas que estejam nas dependências da obra.

Por ocasião da execução do serviço, a CONTRATADA deverá seguir as prescrições da Norma NBR-7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção) e em particular se orientar pela Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977, que altera o capítulo V, do título III da CLT (DOU de 23/12/1977). Da mesma forma deverão ser observadas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, aprovadas pela Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 (suplemento do DOU de

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

06/07/1978), em especial a NR-4, que trata de "Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)"; a NR-5, que trata de "Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)"; a NR-6, que trata de "Equipamento de Proteção Individual - EPI"; e a NR-18, que trata de "Obras de Construção, Demolição e Reparos". Atentar ao fato que algumas das normas acima explicitadas foram alteradas pela Portaria nº 33 de 27 de outubro de 1987 (DOU de 31/07/1987). A CONTRATADA deverá manter os seus empregados uniformizados e utilizando os Equipamentos de Proteção Individual exigíveis para os serviços (o uso de capacete e botas será exigido para qualquer serviço). A distribuição, inspeção do funcionamento e observância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) ficarão a cargo da CONTRATADA, nas diversas etapas da obra. Os EPI consistem em proteção de: cabeça, mãos e braços, pés e pernas, contra quedas com diferença de nível, auditiva, respiratória e tronco. Para assistência e atendimento médico a CONTRATADA deverá manter no canteiro de obras pessoal treinado em primeiros socorros, assim como todo o material adequado, visando o atendimento emergencial de primeiros socorros de acidentados. Também deverão ser estabelecidos os procedimentos de remoção, para hospitais ou clínicas próximas, do pessoal que sofrer acidente de maior gravidade e necessitar de atendimento médico especializado.

### 1.3.2 - ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

A empresa CONTRATADA deve apresentar estrutura administrativa conveniente a execução célere e eficaz das atividades e serviços contratados, tal estrutura, central ou local, deve possuir pessoal capacitado, instalações físicas adequadas, veículos e equipamentos apropriados para o desenvolvimento das atividades de supervisão, planejamento e o controle da qualidade, das atividades previstas neste MD.

O canteiro da obra deverá apresentar boas condições de segurança e limpeza, e ordenada circulação, obedecendo à NBR-12284. Não deverá ser utilizado o passeio público para colocação de entulhos e/ou material.

### 1.4 - TRANSPORTE

Todo e qualquer transporte de materiais ou de pessoal, para a execução dos serviços, ficará a cargo da CONTRATADA.

### 1.5 - REUNIÃO DE INÍCIO DE SERVIÇO E ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Após a assinatura do contrato e antes do início da(s) obra(s), deverá ser realizada uma reunião com a participação da CONTRATADA, de técnicos da UPU (Unidade de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento) e Comissão de Fiscalização indicada pela Unidade de Fiscalização do GPPE, amparada pelo apoio técnico da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, a fim de estabelecer todos os critérios para a execução dos serviços, andamento das atividades e conclusão das obras.

O pagamento das taxas (ART, Alvarás, Licenças, Tributos, Impostos, etc.), referentes à execução da obra, correrá por conta da CONTRATADA. Será responsabilidade da CONTRATADA os encaminhamentos e o recolhimento de todas as taxas referentes à execução das obras, bem como todos os desdobramentos junto aos outros órgãos públicos e/ou concessionárias locais.

### 1.6 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo estimado para conclusão dos serviços é de **180 dias** corridos, a partir da assinatura do contrato e/ou da entrega da ordem de início dos serviços (conforme estabelecido no contrato).

### 1.7 - DOS MATERIAIS

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

0  
2  
6/



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

O fornecimento de todos os materiais necessários à realização da obra constante do presente MD e seus anexos, será de responsabilidade da CONTRATADA.

Os materiais empregados deverão ser novos, e notoriamente de primeira qualidade, a CONTRATADA deverá observar as especificações constantes deste MD e dos respectivos fabricantes, atendendo ainda, obrigatoriamente ao **Programa Setorial da Qualidade (PSQs)** do Ministério das Cidades, acessível pelo endereço eletrônico <http://pbqp-h.cidades.gov.br/projetos/simac/psqs.php>, além das outras normas, métodos, e ensaios da ABNT, quando aplicáveis.

A empresa deve elaborar sua proposta de intervenção adequando-a ao estabelecido no estatuto do Mercado, sendo que o comprimento do toldo será de 1,60m (um metro e sessenta centímetros), considerando nesta medida 20 cm (vinte centímetros) de aba frontal, onde poderá ficar o nome do estabelecimento e a largura média, para fins de orçamento, é de 1,40m (um metro e quarenta centímetros).

**Observação:** A empresa deverá verificar *in loco* as medidas da largura de todos os vão, pois há diferenças entre eles.

Como diretrizes gerais os toldos deverão apresentar as seguintes características técnicas:

- Perfis de Alumínio Estrudado e pintura eletrostática;
- Redutores com pintura eletrostática e ponteira em aço inox;
- Manivelas de alumínio com pintura eletrostática e ponteira em aço inox;
- Tampas e acabamentos metálicos;
- Braços com molas tensoras;
- Lonas de Alta resistência, anti chama, anti fungos e com proteção UVA- UVB;

Poderão ser utilizados materiais similares aos especificados, desde que mantenham as mesmas características técnicas de desempenho e tenham suas similaridades comprovadas, por meio de laudos e/ou atestados emitidos por órgãos competentes.

A figura 01 demonstra o layout do produto:

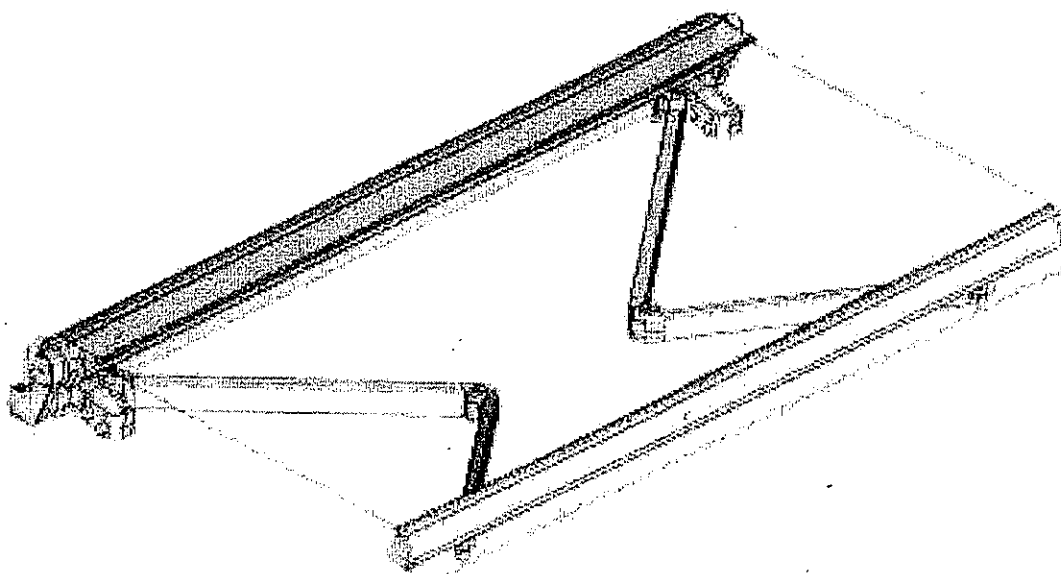


Figura 1- Imagem sugerida do produto.

**Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!**

*[Handwritten signatures and initials]*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

**1.8 – DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

A intervenção em prédio tombado em nível municipal requer materiais e técnicas específicas que visam não deteriorar o imóvel, bem como salvaguardar a história e a cultura de Rio Grande.

**1.9 - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**

Durante a execução da(s) obra(s) e/ou serviço(s), a CONTRATADA deverá realizar um levantamento fotográfico que mostre todas as etapas da execução dos serviços, separando-as em pastas mensais, semanais ou diárias.

Tal levantamento deverá ser apresentado ao final da obra e/ou serviço em meio magnético, Compact Disc (CD), com arquivos de texto do tipo "Joint Photographics Experts Group (.JPEG)".

**1.10 – RECEBIMENTO DA OBRA OU SERVIÇO**

**1.10.1 – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO**

Após a finalização da obra, a CONTRATADA solicitará à Comissão de fiscalização a vistoria final para emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TERD). Caso a obra não esteja de acordo com o solicitado no presente Memorial, será emitido um Parecer com as alterações que devam ser realizadas. Após a CONTRATADA ter executado as correções, solicitará nova vistoria e, atendidas solicitações, a Comissão de Fiscalização confeccionará o Termo de Recebimento Definitivo (TERD).

**2.1 – SERVIÇOS PRELIMINARES.**

**2.1.1 – DETALHAMENTO EXECUTIVO DO PROJETO.**

A CONTRATADA deverá fazer um levantamento de campo para obter dados e medidas dos serviços a serem realizados, verificando qualquer discrepância com o informado, apontando possíveis equívocos.

**2.1.2 – MOBILIZAÇÃO**

**2.1.2.1 - CONTÊINER PARA ESCRITÓRIO TIPO CANTEIRO.**

Quando necessário, utilizar contêiner adequado para a guarda de materiais e equipamentos, com sanitário para o pessoal, devendo ainda ser prevista a criação de um espaço para a instalação da administração da obra.

Após o término da obra, todas as instalações provisórias deverão ser desativadas e removidas e todos os elementos modificados e/ou alterados devido a estas ligações provisórias deverão ser reconstituídos ao seu estado original.

Caberá a CONTRATADA as despesas com a manutenção do canteiro, com os pagamentos relativos aos consumos de energia elétrica, telefone e água, bem como com o fornecimento de materiais de consumo para seu escritório.

**2.1.4 - LIMPEZA DA OBRA.**

A CONTRATADA deverá proceder à periódica remoção dos detritos, bem como a qualquer momento a pedido da fiscalização, para que os mesmos não se acumulem no canteiro durante a obra dificultando sua execução ou fiscalização de qualquer serviço, ou causando riscos de acidentes.

**Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

O material proveniente da limpeza sem serventia para a obra deverá ser removido para área externa existente e acondicionado conforme legislação vigente, sob a responsabilidade da CONTRATADA, não sendo permitido o depósito de material no passeio público.

**3 - LIMPEZA FINAL DA OBRA.**


A obra (partes internas e externas) deverá ser entregue totalmente limpa, e pronta para ocupação e /ou uso imediato. A destinação dos resíduos da obra será de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá obedecer a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações do Art. 3º em 2015, bem como a Lei 12.305/2010 e toda legislação ambiental vigente.

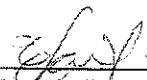
**4.0 – DESMOBILIZAÇÃO:**

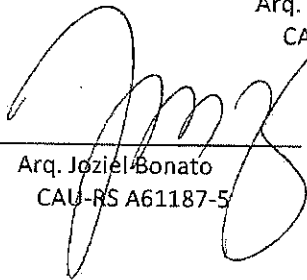
A desmobilização da obra deverá ocorrer, após a visita dos técnicos para emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TERD), não sendo admitidos obras, serviços, pessoal, máquinas, equipamentos e instalações provisórias dos locais de trabalho.

A CONTRATADA deverá deixar todas as áreas do canteiro de serviço limpas e livres de entulhos e resíduos de materiais de qualquer natureza.

Rio Grande, RS, fevereiro de 2018.

  
Arq. Ellen Scott Hood  
CAU-RS A38318-0

  
Arq. Emanuelle Freitas  
CAURS A39211-1

  
Arq. Joziel Bonato  
CAU-RS A61187-5

